



## **Deliberações Reunião de Câmara de 20 de Outubro 2017**

### **ORDEM DE TRABALHOS**

#### **1.-PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:**

Nos termos e para os efeitos previstos nos números 1 e 2 do artigo 40º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a manutenção da periodicidade quinzenal das reuniões da Câmara Municipal, tendo as mesmas lugar na primeira e terceira quarta-feira de cada mês, pelas nove horas e trinta minutos.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado manter o regimento atual, mantendo-se as reuniões na primeira e na terceira quarta-feira de cada mês, pelas nove horas e trinta minutos.

#### **2.-DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**

Em conformidade com o disposto no nº1 do artigo 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que sejam delegadas no Sr. Presidente da Câmara Municipal as seguintes competências materiais, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos vereadores:

- a).-Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- b).-Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- c).-Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- d).-Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- e).-Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- f).-Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;

g).-Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

h).-Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

i).-Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

j).-Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

k).-Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;

l).-Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

m).-Promover a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis às obras referidas na alínea anterior;

n).-Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes; \_

o).-Designar o representante do município na assembleia geral das empresas locais, assim como os seus representantes em quaisquer outras entidades nas quais o município participe, independentemente de integrarem ou não o perímetro da administração local;

p).-Propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

q).-Deliberar sobre a participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

r).-Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.

Propõe-se, ainda, que nos termos do nº2 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Julho, seja delegada no Presidente da Câmara a competência para autorizar despesas até € 748.196,84 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos).

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado

### **3.-VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO:**

Nos termos do nº2 do artigo 58º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro e parcialmente revogada pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a fixação de três Vereadores em regime de tempo inteiro, para além do já permitido pela alínea d) do nº 1 do mesmo artigo.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado

**4.-MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Propõe-se, nos termos do nº 2 do artigo 18 º do Regulamento do Sistema do Controlo Interno, que a movimentação das contas bancárias tituladas pela Autarquia seja feita, simultaneamente, por duas assinaturas, a do tesoureiro titular, ou por quem o substitua, e a do Presidente da Câmara ou a do Vereador com competência delegada.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado

**5.-PAGAMENTOS AUTORIZADOS PARA O DECURSO DO MANDATO:** Propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder poderes ao Presidente da Câmara, ou a quem legalmente o represente, para, durante o decorrer da gerência, proceder aos seguintes pagamentos:

- a) Todas as receitas a entregar ao Estado e outras entidades;
- b) Remunerações, emolumentos e abonos a todos os serventuários tanto permanentes como eventuais;
- c) Subsídios votados e aprovados;
- d) Aquisição do Diário da República, publicação e legislação;
- e) Seguro às respectivas companhias seguradoras;
- f) Assinaturas e conversações telefónicas;
- g) Avença da correspondência aos Correios;
- h) Emolumentos ao Tribunal de Contas;
- i) Honorários a técnicos contratados pela Câmara;
- j) Amortização de declarações e juros de empréstimos legalmente contraídos;
- ) Rendas dos edifícios arrendados pelo município;
- m) Aquisição de bens e serviços desde que tenham cabimento orçamental e devidamente requisitados;
- n) Pagamentos de empreitadas devidamente adjudicadas e outros que exijam liquidação imediata.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado